* **Lauro Monteiro Filho** *

Em 1964 e 1965 ocorreu nos Estados Unidos uma epidemia de rubéola, que resultou em 20.000 crianças nascidas com a síndrome da rubéola congênita, quadro gravíssimo caracterizado principalmente pelo nascimento de bebês com complicações, como surdez, cegueira, malformações cardíacas, microcefalia e retardo mental. Poucos anos após foi iniciada a vacinação de todas as crianças americanas e, em seguida, de adolescentes e de adultos suscetíveis, especialmente do sexo feminino. A situação hoje, bem diferente, foi detalhadamente documentada no número de janeiro de 1990 do *American Journal of Diseases of Children*. Em 1987 somente 306 casos de rubéola foram relatados nos Estados Unidos, e no período de 1980 a 1986 ocorreram apenas 64 casos da síndrome da rubéola congênita, todos eles em recém-nascidos de mães não vacinadas.

A rubéola encontra-se sob controle e quase eliminada nos Estados Unidos. A meta atual é afastar qualquer possibilidade de ocorrência da síndrome da rubéola congênita, vacinando não só as crianças e os adolescentes, mas todas as pessoas pertencentes a grupos de risco, que são, neste caso, lá nos Estados Unidos, as mulheres jovens, negras e de origem espanhola. Enquanto isto, no Brasil, 25 anos após, nenhuma (é exato — nenhuma) criança é oficialmente vacinada contra rubéola. (A diminuta parcela da população que recebe esta vacina o faz em consultórios e em clínicas particulares.)

Até quando com o aval do Estado se permitirá que crianças nasçam com graves defeitos congênitos porque suas mães não foram vacinadas? E se ocorrer entre nós uma epidemia de rubéola? Quem será responsabilizado pelas consequências? Devemos resignadamente acatar aqueles que talvez, realisticamente, minimizam o problema, argumentando que não se conseguiu priorizar recursos, sequer para erradicar o sarampo, a difteria e a tuberculose infantil? Somos um país muito pobre e devemos nos conformar com a realidade? Mas países pobres, inclusive da América Latina, já aplicam esta (e outras) vacina de rotina e com extrema eficiência. E, afinal, não somos a 8ª potência industrial do mundo?

Neste momento em que, neste país, todos são compelidos a ler, a pensar, a falar, a discutir, a respirar e a viver as medidas econômicas e as suas consequências e expectativas, não se abrem espaços para se tratar com determinação da realidade social brasileira? O que ocorre com a vacina contra a rubéola é apenas um triste e pouco divulgado exemplo da discriminação e da injustiça social praticada neste país, cujas consequências recaem, sempre, em primeiro lugar e com maior intensidade, sobre as crianças. Outras aberrações, talvez mais contundentes e conhecidas, demonstram a todos quão distante estamos dos países socialmente desenvolvidos. Exemplares e estarrecedores são todos os nossos indicadores sociais, mesmo se cotejados com nações mais pobres, de todo o mundo.

*“Quando entenderão
os governantes
que saúde não implica
primordialmente
hospitais
e equipamentos
sofisticados?”*

Altas taxas de mortalidade infantil, de mortalidade materna por causas ligadas à gravidez e ao parto, de abortos, de cesareanas, de bebês com baixo peso ao nascer, de mortes por desnutrição, pneumonias, diarreia e doenças preveníveis por vacinas, de mutilações e mortes por acidentes evitáveis, de analfabetismo, de evasão escolar, de prostituição juvenil, de violência contra a criança e o adolescente são a marca registrada do Brasil, dados que nos envergonham em qualquer congresso internacional. É revoltante para nós, pediatras, lidarmos diariamente, ao longo dos anos, com as mesmas patologias, cujas causas básicas estão na miséria e na desatenção em que vive a maioria das crianças brasileiras.

Quando entenderão os governantes que saúde não implica primordialmente hospitais, equipamentos sofisticados e a proliferação abusiva de medicamentos? Isto tudo é para tratar a consequência, a doença. Infelizmente, no Brasil, a injustiça social aquinhoa alguns com o direito à saúde e a garantia de bons hospitais na doença, enquanto a imensa maioria do povo brasileiro, com a sua saúde cronicamente acometida por mazelas sociais, assiste (ainda passivamente) a seus filhos crescerem sem as condições mínimas para um desenvolvimento saudável.

Em visita profissional à Costa Rica, pequeno país da América Central, que optou por priorizar a saúde e a educação de seu povo, assisti surpreso à alegria de um pediatra do interior, ao me afirmar que naquela região haviam desativado um grande hospital. A população local já prescindia dele. Quando chegarmos a este ponto? Argumentos, como o Brasil é um gigante, as informações não atingem a todos, a burocracia e a máquina administrativa são estagnantes, as soluções são complexas e multifatoriais, não há força política que permita mudanças radicais, não convencem. Afinal, não se logrou, no momento, uma transformação extremamente profunda e radical de toda a economia brasileira, atingindo todos os recônditos do Brasil?

Afinal, apesar das humilhantes filas, não estão, aos poucos, os computadores se desvencilhando da burocracia e dos entraves decorrentes da imensidão deste país? Se há determinação e força política para incluir, em um ambicioso plano econômico, toda a população brasileira, que, querendo ou não, apoiando ou não, está totalmente envolvida e comprometida, o que impede que se transforme a realidade social de cerca de 90 milhões de brasileiros, que adoecem e morrem, apenas porque lhes faltam condições básicas para a manutenção da saúde? Como pediatra, permito-me, talvez ingenuamente, sonhar com o dia em que nossos governantes entenderão que o Brasil só será respeitado e aceito entre as nações desenvolvidas, quando nossas crianças crescerem respeitadas. O resto é fantasia, ufanismo, engodo.

* *Pediatra, presidente da Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência, chefe de Pediatria do Hospital Souza Aguiar*